



**UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO CEARÁ - UECE**

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 -
Campus do Itaperi, Fortaleza/CE

**A TERRITORIALIDADE DA
PESCA NO RIO URARICOERA-
RORAIMA**

**Antônio Tolrino de Rezende
Veras**

**Vivian Karinne Moraes
Rodrigues**

Citação: A TERRITORIALIDADE
DA PESCA NO RIO
URARICOERA-RORAIMA.
Revista GeoUECE (Online), v.
09, número especial (2), p. 24-
23, jul. 2020. ISSN 2317 - 028X.



A TERRITORIALIDADE DA PESCA NO RIO URARICOERA-RORAIMA¹

THE TERRITORIALITY OF FISHING IN THE URARICOERA-RORAIMA RIVER

Antônio Tolrino de Rezende VERAS¹

Vivian Karinne Morais RODRIGUES²

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Roraima, e-mail: antonio.veras@ufrr.br

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Roraima, e-mail: vivian_geo@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as formas de uso e apropriação do território nos ambientes ribeirinhos no rio Uraricoera, tomando como suporte o estudo do território e territorialidades da comunidade local que vivem nas ilhas do rio e sua relação direta com a pesca. Foi realizado um levantamento bibliográfico e documental pertinentes à temática, associando a teoria com a empiria, trabalhos de campo com a utilização de metodologias específicas como o mapeamento participativo, a partir a valorização da percepção territorial dos pescadores da localidade, utilizando as técnicas de geoprocessamento como o uso do (Sistema de Posicionamento Global) GPS e entrevistas. Os resultados da pesquisa revelou que a pesca no rio Uraricoera possui territorialidades específicas que provém da forma de como os pescadores utilizam os recursos do rio, onde estabelecem um conjunto de regras próprias expressando a noção de propriedade e poder.

Palavras-chave: Territorialidade. Território. Pesca. Uso e apropriação. Rio Uraricoera.

ABSTRACT

This article analyzes the forms of use and appropriation of the territory in the riverside environments in the Uraricoera river, supporting itself on the study of the territory and territorialities of the local community living on the islands of the river and its direct relationship with fishing. A bibliographic and documentary review relevant to the theme was conducted, combining theory with empirical approach, field research using specific methodologies such as participatory mapping, starting with the valorization of the local fishermen's territorial perception, using geoprocessing techniques as the use of (Global Positioning System) GPS and interviews. The research results revealed that fishing on the Uraricoera river has specific territorialities that come from the way fishermen use the resources of the river, which establish a set of own rules expressing the notion of ownership and power.

¹ Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado que estudou o uso e apropriação do território em ilhas federais do rio Uraricoera. A atividade pesqueira mostrou-se relevante e surgiu a ideia de elaborar um trabalho que aborde a questão da pesca na localidade.



Keywords: Territoriality. Territory. Fishing. Use and appropriation. Uraricoera river.

1. INTRODUÇÃO

A pesca sempre foi uma das atividades mais antigas desempenhadas pelo homem, desenvolvida como uma atividade de subsistência humana. No rio Uraricoera, a pesca é artesanal, com pouca inserção tecnológica e realizada em pequena escala, no entanto, é tida como a atividade produtiva mais relevante para as pessoas que vivem nas ilhas do rio Uraricoera, isto é, os ribeirinhos da localidade.

Considerando esse contexto, esta pesquisa analisa a pesca nesses espaços naturais diferenciados no estado de Roraima, no rio Uraricoera. Foram escolhidas para a análise trecho no rio que compreende 9 ilhas²; a saber: ilha do Tabaio, Urupirupi, Caboclo, Tartaruga, Tiago, Amajari, Louro, Piranha e Parafuso. São ilhas de diferentes tamanhos e diferentes formas de ocupações e usos. Estas ilhas fluviais são consideradas um bem (patrimônio) da União, por localizarem-se, em Faixa de Fronteira³, entre os municípios de Boa Vista, Alto Alegre e Amajari.

As ilhas são caracterizadas como espaços que apresentam uma diversidade de dinâmicas e formas de apropriação (diferentes territorialidades) sendo que algumas delas não possuem moradores. Diversos agentes as usam para obtenção de recursos (uso do peixe e da água do rio, caça, coleta de materiais na mata), para a circulação, para o lazer e turismo, sendo os usos caracterizados como múltiplos. No entanto, a presente análise se limita apenas em estudar a territorialidade da pesca nesse ambiente ribeirinho.

² Doravante ao escrevermos o termo ilhas estaremos nos referindo a estas nove ilhas do trecho definido na pesquisa.

³ A Faixa de Fronteira Roraimense é uma área orientada pelo Ministério da Integração. A Constituição Federal assim deu tratamento especial à Faixa de Fronteira, valorizando sua importância nos assuntos estratégicos de segurança e desenvolvimento regional, reconhecendo sua complexidade.



Entende-se que a territorialidade expressada nesse sentido, seria os tipos de usos e ainda a apropriação desses territórios pelos ilheiros⁴. Esses usos e apropriação implicariam em outros níveis de análise cultural-simbólico.

A expressão da conduta dos pescadores que residem nas ilhas, que são as relações socioespaciais, manifestadas pela comunidade no território, segundo Little, (2002) pode ser caracterizada como territorialidade.

O objetivo principal do artigo é mostrar como se dá a espacialização territorial dos moradores das ilhas analisadas, com ênfase na atividade pesqueira, que é produtora de territorialidades específicas na localidade.

No que se refere aos métodos e metodologias utilizadas na pesquisa, em primeiro lugar, foi indispensável um levantamento bibliográfico e documental coerente com o objeto pesquisado, a partir desse levantamento pudemos traçar nossa perspectiva analítica, ou seja, como estamos utilizando as teorias, informações e metodologias na pesquisa.

Como embasamento teórico, nos subsidiamos nas obras de diversos autores que trabalham o território como categoria de análise, tais como concepção de Haesbaert (2011), que propõe a Perspectiva Geográfica Integradora, onde admite várias formas de analisar e conceber o território, ou seja, abrange várias esferas sociais como a política, econômica, cultural-simbólica. Além disso, baseados em várias leituras sobre o território vimos que este assume características mais complexas e específicas, onde envolve relações de poder (ARENDETT, 1985; RAFFESTIN, 1993; FOUCAULT, 1984, RAESBAERT, 2011; SOUZA, 1995 - 2013).

Concomitante ao levantamento bibliográfico e trabalhos de campo, houve o levantamento de informações em órgãos públicos como a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Ministério da Pesca, (MPA) Prefeitura Municipal de Boa Vista e Prefeitura Municipal do Amajari. Essas informações foram importantes no sentido de verificar a presença de instituições públicas na localidade, oferecendo subsídios importantes para a discussão do modelo de gestão desse território.

⁴ Doravante utilizaremos o termo “ilheiros” para designar os moradores das ilhas.



Na etapa de levantamentos de informações no campo, foi necessário a adoção de metodologias e técnicas em campo específicas, tais como o mapeamento participativo (ACSELRAD e COLI, 2008). Subsidiados pela pesquisa de Silva (2006-2012), que em seus trabalhos analisa os territórios pesqueiros no rio Itaquara, Breves – PA amparado pelo uso de geotecnologias, foi possível coletar informações georreferenciadas e valorizar a percepção de pescadores na indicação de seus territórios (marcação de pesqueiros). Dessa forma valorizamos nessa pesquisa a percepção que os moradores têm do ambiente em que vivem – mostrando suas cartografias. Esses indivíduos percebem os seus espaços baseados no conhecimento local.

O uso de técnicas de geoprocessamento possibilitou o mapeamento das ilhas analisadas bem como os tipos de usos correspondentes. Além disso, foram elaborados mapas temáticos que mostram as tipologias de usos nas ilhas analisadas. Os dados coletados com o GPS foram plotados em ambiente SIG para manuseio, tratamento e armazenamento da informação geográfica, que possibilitou a elaboração dos mapas.

2. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NO RIO URARICOERA

As ilhas do rio Uraricoera no contexto amazônico caracterizam-se por uma diversidade biológica e social que reflete nas diferentes manifestações socioculturais expressada pelo caboclo amazônico na sua vida cotidiana. Dessa forma, o estudo do território como categoria de análise é imprescindível, pois explica os aspectos que caracterizam o cotidiano dos indivíduos no espaço onde vivem. O estudo do território tem como suporte central as relações entre agentes políticos sociais e econômicos, influenciando na gestão do espaço. A delimitação do território baseia-se nas relações de poder, domínio e apropriação contidos nele.

O território como um conceito chave na geografia, vem sendo alvo de discussões e contribuições que visam a aplicabilidade do conceito. O território foi e continua sendo alvo de estudos, diálogos, concepções e visões distintas. Ao longo do desenvolvimento do conhecimento científico este assume várias formas e significados de acordo com a perspectiva contida nele.



Este geralmente é concebido no senso comum por seus atributos físicos, sua extensão e limites, muitas vezes não associados ao conhecimento sobre a sua forma de ocupação e/ou criação. Na Tradicional Geografia, o conceito é concebido como produto, associado aos fundamentos materiais jurídico-político do Estado-Nação (MORAES 1990; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995/2013; HASBAERT, 2011).

O território deve ser visto de uma forma especial, pois só pode existir a partir do domínio social sobre o espaço, através da conquista, da posse, ou jurisdição político-administrativa, onde o fator fundamental é o poder.

A respeito disso veremos as diversas concepções dos autores que se dedicaram no estudo da compreensão do território, entre eles destacamos Haesbaert (2005; 2011) e Souza (1995; 2013).

Haesbaert (2011), na sua obra, O mito da desterritorialização, apresenta que existem transformações do conceito de território em função das questões priorizadas. Estas questões específicas se baseiam em algumas das principais linhas teórico-conceituais, entre elas a política, a cultural e econômica.

Dessa forma, é o uso social do território e não o território em si que se configura como objeto de análise desta pesquisa.

O território neste caso é considerado a partir da dinâmica socioespacial de uso e apropriação e ainda manejo dos recursos e significação que acontecem nesse espaço (o território) sendo essas relações sociais projetadas no substrato, que nesse caso, material (as ilhas). São, portanto, as formas de vivências a partir do vínculo com este território, produzindo territorialidades que nos interessa conhecer.

Enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade. Haesbaert (2011) Diz que ainda que consideremos o território ou a territorialidade inerente a todo grupo social, ao longo de toda sua história, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAET 2005, p.6776).



Para Sack (1986), a territorialidade é uma qualidade necessária para a construção de um território e é associado ao espaço quando este media uma relação de poder que é utilizado como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais, tratando-se do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma determinada área. Diz que a fronteira é o controle do acesso, reconhece assim que a territorialidade é uma base de poder.

Sack (1986) afirma que a territorialidade pode ser ativada e desativada, o autor mostra que os territórios possuem uma mobilidade, a falar, flexibilidade, o que denota que territórios estáticos não existem. O que nos leva a entender que territórios podem ser desfeitos, haja vista processos de (des) territorialização.

Souza (1995) expõe que a territorialidade remeteria, a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, as relações de poder espacialmente delimitadas sobre um substrato referencial. As territorialidades significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades dinâmicas, etc. Este autor também diz que a discussão sobre territorialidade não é unânime entre os autores (SOUZA, 1995).

Nesse sentido Souza (1995), escreve que o território como campo de forças ou rede de relações sociais, ciente de sua complexibilidade interna, define um limite, uma alteridade: a diferença entre os membros da coletividade ou “comunidade” (insiders) e os outros (os de fora - outsiders).

Por isso, “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa, e ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais” (HAESBAERT, 2011p. 86). Complementa dizendo ainda que todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ ou negociação (HAESBAERT, 2011).

3. AS ILHAS DO RIO URARICOERA E SUA COMUNIDADE DE PESCADORES

As ilhas do rio Uraricoera são habitadas de diferentes formas por agentes diferentes. Nesse sentido, encontramos o tipo de morador permanente, ou seja, aquele que vive no local de forma permanente não possuindo outro imóvel e que depende da localidade para reprodução da sua vida; o segundo tipo é o



morador intermediário, caracterizado por aquele que é da cidade, mas por motivos pessoais ligados ao lazer e descanso veio morar em uma ilha, e que não necessita dos recursos disponíveis no meio ambiente para a sua subsistência, possuindo outras fontes de renda, e por fim, o morador esporádico, isto é, sujeito que mora na cidade, mas possui um lote na ilha, onde pôde construir benfeitorias e utiliza o local para o lazer e, portanto, não depende dos recursos naturais para a sua subsistência. Diante dessa situação entendemos que nas ilhas existem distintas formas de uso e apropriação do território, em um primeiro caso, temos o território enquanto reprodução da vida e reafirmação de saberes, caracterizados pelo manejo dos recursos, em especial a pesca e algumas práticas rudimentares agrícolas, consideradas tradicionais. Em um segundo caso, o território apropriado para o lazer, contemplação, utilizado sem nenhum vínculo identitário com a terra e com o rio.

O discurso dos moradores que vivem de forma permanente nas ilhas é que este é o lugar deles, demonstram em suas falas o sentimento de pertencimento no local e necessidade de sobreviverem do que o meio ambiente oferece.

Dessa forma, em concordância com o que foi apresentado no primeiro tópico deste artigo, o território vem a ser um produto social construído historicamente, tanto econômica como política e culturalmente, sendo espaços sobre o qual certo

grupo garante a seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos.

A apropriação dos moradores das ilhas ocorre de forma plena quando estes atuam no espaço natural, modificando-o para satisfazer suas necessidades (Lefebvre, 1986) expressando assim um conteúdo mais simbólico, ou seja, o “vivido”.

A presente pesquisa centra o olhar para “os de dentro”, ou seja, para as famílias que de fato vivem no local, tiram seu sustento de lá e possuem uma relação afetiva com o respectivo território, que podem ser encontrados em qualquer hora do dia nas suas residências ou mesmo no rio desenvolvendo trabalho, neste caso, a comunidade de pescadores do rio Uraricoera.

A legitimação do direito sobre o território aqui se dá pelo uso material, expressado pelo trabalho, extração dos recursos necessários à sobrevivência.



Esse tipo de território se opõe ao território jurídico do Estado. Alguns dos moradores das ilhas precisam desses territórios para viver, no entanto, atualmente entendem que ocupam e moram em um lugar cuja propriedade é do Estado.

A pesca representa na localidade a atividade de maior relevância. Foi possível observar que a grande maioria de moradores, sejam eles permanentes ou não costumam pescar, no entanto, a pesca voltada para a comercialização é realizada somente por alguns pescadores, ou seja, aqueles que têm a pesca como fonte de renda principal.

Durante as entrevistas foi possível verificar que a comunidade tem cada vez mais identificado dificuldades decorrentes da escassez do peixe, o aumento do tráfego no rio, entre outros determinantes apontados por eles.

Foi possível perceber que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos pescadores é a ausência de energia elétrica que serviria para a produção do gelo para a conservação do peixe. Mas além disso, o aumento do tráfego de barcos de motor tem segundo eles afastado os peixes da localidade, pois os peixes são mais frequentes em águas calmas. Os relatos acima apontam para a necessidade de um gerenciamento coletivo; acreditamos que a elaboração de um Plano de Gestão local possa contribuir para o manejo sustentável e para a melhoria das condições de vida da população local.

São frequentes os relatos de pescadores e moradores a respeito da escassez de peixes no rio Uraricoera. Dentro deste contexto, os pescadores atuam de acordo com a dinâmica do rio com a estação do ano, respeitando a época do defeso, que ocorre entre 01 de março e 30 de junho. Durante este período conforme a legislação as atividades de pesca ficam vetadas ou restritas durante este período. Durante esses meses de proibição, os pescadores geralmente procuram outras áreas para a pesca de pequenos peixes, mas dessa vez apenas para o consumo. A fim de inibir a pesca nesses meses de piracema, o Ministério da Previdência Social instituiu um benefício aos pescadores da localidade, isto é, o pescador artesanal que trabalha de forma ininterrupta e tem sua atividade profissional paralisada durante o período de defeso para a reprodução das espécies. Este benefício é garantido por Lei Federal (BRASIL, 2005) e é conhecido como seguro defeso, com o valor de um salário mínimo. A Lei 7679/88 proíbe a pesca durante o período de piracema e estabelece também a competência do



IBAMA para fixar os períodos e as espécies que deverão ser proibidas de acordo com as peculiaridades regionais ⁵.

Este período de proibição representa para os pescadores grandes dificuldades, pois segundo eles, o valor do benefício é insuficiente para suprir a necessidade da família. Assim, durante os meses de proibição, alguns se retiram da localidade e realizam outras atividades informais na cidade; outros permanecem convivendo com a circunstância.

A pesca no rio Uraricoera atrai muitos turistas ⁶ principalmente nos finais de semana. O maior índice da presença de turistas acontece no período seco (verão), onde são realizados os pesqueiros ⁷. Os impactos do uso turístico desordenado das ilhas incluem a produção de ruído e aumento da produção de lixo, incêndios acidentais ou intencionais, remoção da vegetação, furto de objetos e afugentamento de animais que buscam áreas preservadas para nidificar. ⁸ Mesmo acampamentos que não removam a vegetação podem, através do distúrbio gerado pela presença de pessoas em quantidades significativas, causar a perda efetiva de habitat de diversas espécies de animais.

Há reclamações de moradores quando a presença desordenada de pessoas de fora, no caso os turistas.

No que se refere à pesca na localidade, acreditamos que a produção pesqueira é desenvolvida de forma “tradicional”. Se houvesse melhores condições de estruturas oferecidas aos pescadores, a produtividade deles aumentaria, bem como o lucro em proporção semelhante. É interessante ressaltar que estes pescadores criativamente procuram maneiras de continuar com essa atividade. A problemática da produção de gelo e a dificuldade de encontrar ou comprar o

⁵ A portaria nº 48, de 5 de novembro de 2007, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, na bacia hidrográfica do rio Amazonas.

⁶ Turistas são frequentadores esporádicos, que frequentam a ilha em finais de semana e feriados, sobretudo para a realização de pescarias. Muitos pernoitam na localidade acampados ou abrigados por algum morador.

⁷ A definição de pesqueiros será abordada no subtópico sobre a territorialidade da pesca no rio Uraricoera.

⁸ É o ato de determinada espécie ao construir seu ninho em determinado local.



combustível que precisam para locomoverem se no rio é um grande obstáculo para eles.

Assim, a produção pesqueira depende de fatores como: o ciclo das águas (sazonalidade inverno e verão), a produção de gelo (para a conservação dos peixes) e a compra do combustível (para o abastecimento dos motores dos barcos que são único e exclusivo meio de transporte).

4. A TERRITORIALIDADE DA PESCA NO RIO URARICOERA

Do rio é retirado o sustento para muitos dos que vivem nas ilhas analisadas. Procuramos a partir de agora analisar o trabalho e a relação deste no processo de territorialização dos pescadores na localidade. O primeiro passo é descrever como acontece a pesca no rio Uraricoera.

Na localidade foram encontrados oito pescadores ⁹. Esse número foi contabilizado levando em consideração a experiência com a pesca e a dependência desse recurso para a subsistência. É da atividade pesqueira que retiram seu sustento. Onde o produto da pesca bem como as atividades dos pesqueiros são bens comercializáveis.

A pesquisa de campo foi fundamental para a marcação dos pontos em GPS para posterior representação em mapas que permitem mostrar como se dá a dinâmica de pesca no rio Uraricoera apreendendo territorialidades dos moradores das ilhas que são pescadores profissionais e dependem exclusivamente dessa atividade.

A questão da territorialidade é central aqui, porque o modo de vida e o território são articulados. Ela conforma e é conformada pela ação de indivíduos e grupos no espaço a partir do uso dos recursos naturais. Para compreendê-la, é central perceber como estes indivíduos e grupos se organizam no espaço e como eles dão significado ao lugar.

⁹ Nas ilhas encontramos diversos sujeitos que realizam a pesca. No entanto conforme foi dito, contabilizamos apenas 8 pescadores que sobrevivem dessa atividade. São considerados pescadores profissionais e desenvolvem essa atividade há muito tempo.



A relação cotidiana dos pescadores no espaço em que vivem definem espaços de atuação, territorializando-se e mantendo uma relação de posse, a despeito da situação jurídica legal da terra.

Para um melhor entendimento da forma de representação da territorialidade dos pescadores no rio, utilizamos a técnica de Begossi (2006), denominada de marcação de pesqueiros, que consiste na identificação e contato com um pescador experiente, no caso o Louro (Lázaro Duarte) conhecedor dos principais territórios de pesca, que nos indicou os principais pontos de pesca no rio. Além disso, no momento das entrevistas foi possível fazer a representação cartográfica¹⁰ pelos pescadores de seus territórios como demonstra a figura 01.

Figura 01: Indicação de pesqueiros por pescadores da ilha do Piranha.



Fonte: Fotografia: autor/2015.

As escolhas dos locais de pesca são definidas baseada na experiência pessoal e conhecimento de cada pescador, e na disponibilidade de recursos (embarcações, gelo, gasolina, óleo) e apetrechos que são comumente conhecidos como “tralhas”.

¹⁰ É importante deixar claro que nem todos os pesqueiros da localidade foram representados em mapas, somente aqueles que pertencem aos pescadores que foram entrevistados no trabalho de campo.



Não foi observada a inserção de equipamentos muito modernos na pesca como o sonar e o GPS, porém, nota-se um aumento na quantidade de barcos de metal com motor de popa.

A locomoção no rio pelos pescadores é fundamental para a realização dos trabalhos de pesca. A aquisição das embarcações no rio Uraricoera depende do poder aquisitivo dos pescadores, pois quanto maior a embarcação, maiores serão os gastos durante as viagens para a pesca. No entanto, maior será a capacidade de armazenar e conservar o pescado a ser comercializado posteriormente.

Durante a pesquisa de campo, encontramos vários barcos de alumínio com motor de popa modernos, com capacidade de carga maior que as embarcações de rabeta, por exemplo. As embarcações com motor de rabeta têm capacidade para transportar até 8 pessoas, mas com pouca velocidade se comparada com as embarcações com motor de popa. São utilizados para transporte rápido de pessoas (frete) pelos atravessadores e também para a locomoção dos moradores das ilhas, possuem pouca capacidade de carga e por consumir muito combustível, no caso a gasolina, são pouco utilizadas na atividade pesqueira.

Também encontramos casos de uso de embarcações conhecidas como “casco”, que consiste numa embarcação feita de madeira, que não tem motor para o seu funcionamento. A locomoção é realizada por meio de remos. Os pescadores da localidade não se utilizam desse tipo de embarcação, haja vista que as águas do rio Uraricoera são muito movimentadas (forte correnteza), o que exige um esforço muito grande para a locomoção. Esse tipo de embarcação é raro no rio e serve principalmente para transporte (travessia) dos ilheiros que já conhecem bem o rio.

Outro fator que constrói a territorialidade no rio pode ser caracterizado pelo uso de técnicas de pesca. Silva (2006), em seu trabalho *Territorialidade e modos de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA*, explica que, a extensão do apetrecho, isto é, do equipamento utilizado na captura do pescado requer sempre um espaço delimitado de atuação. Diante disso, o tamanho da rede,



extensão da linha do espinhel ou ponta a de linha ¹¹, por exemplo, permitirá que o pescador tenha seu território delimitado.

A pesca no rio Uraricoera é realizada com equipamentos dos próprios moradores, apetrechos confeccionados por eles, que se utilizam da linha de náilon e anzóis comprados na Vila do Cem ou em Boa Vista.

Os materiais mais elaborados como as redes e malhadeiras são comprados em Boa Vista. Sendo assim, cada pescador trabalha para adquirir um bom apetrecho de pesca. A figura 25 mostra alguns apetrechos.

Ter um bom material de pesca como redes, malhadeiras e outros é motivo de orgulho entre os pescadores e pode definir o sucesso de uma pescaria.

As técnicas utilizadas na pesca entre os pescadores das ilhas: linha de mão, ponta de linha, espinhel, rede de seda e malhadeira. Cada apetrecho obtém tipos específicos de espécies de peixes.

Silva (2006), afirma que as técnicas de pesca são constituidoras de territorialidades, estas que podem ser fixas ou móveis. Dito isto vemos adiante cada técnica de pesca e seu respectivo uso pelos pescadores no rio Uraricoera.

Linha de mão

A linha de mão é um apetrecho elaborado pelo próprio pescador. Os peixes capturados com essa técnica são pequenos, geralmente os localmente conhecidos como Pacú manteiga, mandíi, piabinha etc.

Silva (2006) escreve que territorialidade circunscrita à linha de mão, não representa grande interferência na questão da territorialidade, pois a sua utilização está circunscrita a um pequeno ponto de atuação proporcional ao tamanho da linha do pescador, sendo que esta torna-se insignificante diante do tamanho do rio. E essa foi a realidade encontrada na localidade. A linha de mão consiste em uma linha de náilon com um anzol na ponta. Esse tipo de pesca é realizado geralmente nos portos das residências nas ilhas e também nos pesqueiros, ou em outra localidade onde haja disponibilidade de recursos.

¹¹ Técnicas que serão abordadas adiante.



A captura do peixe com esse tipo de pesca depende da experiência do pescador, a panema¹², e o tempo investido na pesca.

Ponta de linha

A ponta de linha é uma técnica muito utilizada no rio, durante a pesquisa de campo foi possível observar vários indicadores (garrafas) dessa técnica. Consiste em uma linha de náilon com anzol presa a uma boia (que pode ser uma garrafa de plástico) e uma pedra que são lançados no rio. A linha com o anzol que pode ser de 300 a 400 de espessura abrange cerca de 50 metros e se movimenta na velocidade da água.

Essa técnica é utilizada na captura de peixes maiores conhecidos localmente como filhote, pirarara, jaú entre outros. A figura 02 mostra o desenho da ponta de linha. A territorialidade dessa técnica é fixa no momento da pesca, pois a boia indica o local, no entanto, após a captura do peixe o local poderá ser utilizado por outro pescador. Esse fato não gera conflitos territoriais no rio.

Espinhel

O espinhel é uma técnica confeccionada pelos próprios pescadores, e a sua territorialidade depende do tamanho do apetrecho. A técnica é caracterizada por uma linha horizontal com vários anzóis com iscas que podem ser pequenos peixes ou frutas, e pode ser colocado onde o pescador desejar. Com linhas de 20 a 30 metros de comprimento, onde ficam presas, em intervalos, linhas com anzóis nas pontas. É preso em uma vara de madeira que balança no rio indicando se existem peixes capturados. Geralmente as pontas nas extremidades do espinhel são amarrados em pedras formando assim tipo um “bloqueio” no rio. A confecção desse apetrecho representa um custo alto, pois requer vários anzóis. Essa técnica no rio é utilizada com frequência mediana.

¹² Panema segundo relatos de pescadores é a sorte de quem pesca. Há estudos diversos no campo da antropologia sobre panema, mas não me aprofundo nesta dissertação. (Cf. Almeida, 2013; Da Matta, 1977; Galvão, 1976).



Rede de seda (de espera) e Malhadeira

Esses apetrechos são feitos com linha de náilon com territorialidade mais ou menos fixa, pois existe uma técnica de descaída, onde a rede é solta no meio do rio e vem descendo capturando peixes.

A rede de seda é similar à rede comum e malhadeira, a diferença está no tamanho da abertura. Segundo informações dos pescadores só é utilizada a noite e em águas profundas, pois é um apetrecho muito visível para os peixes, ou seja, na região da Pedra Grande.

Os pescadores utilizam as redes para a captura de diversas espécies de peixes. Para cada tipo de malha existe uma qualidade de peixe, conforme explicam os pescadores. Capturam peixes localmente conhecidos como tambaqui,

pirapitinga, aracu, traíra, acari, jacundá, matupiri, mamuri filhote, jaú, jandiá pirarucu, capari, taparari entre outros no período onde as águas começam a baixar.

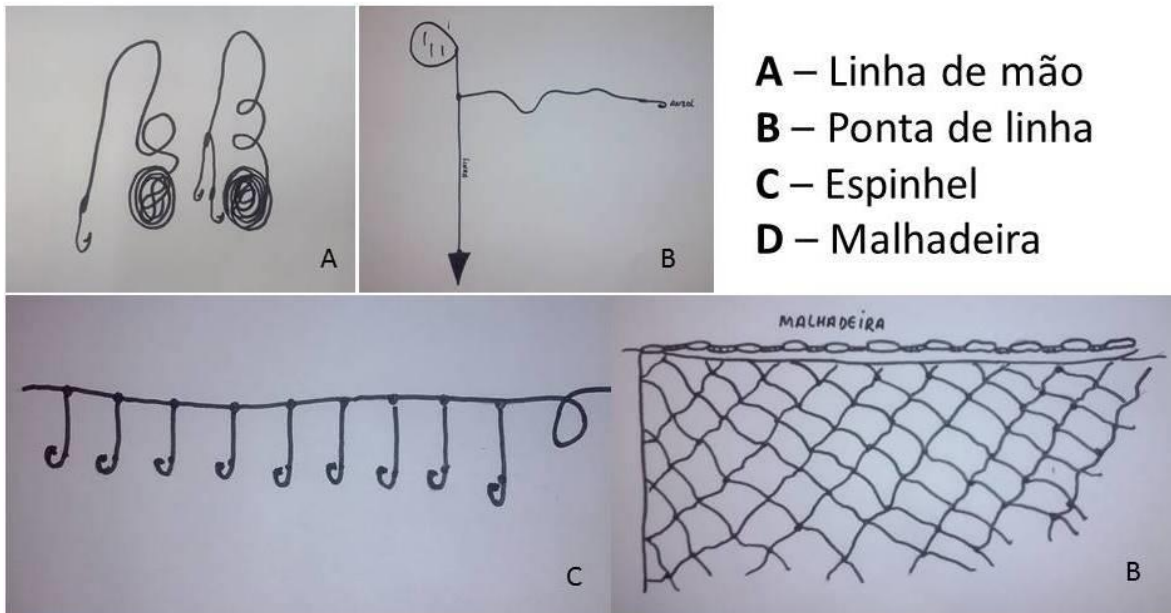
As redes e malhadores são formados por uma malha aberta no meio que deixam a água passar, mas capturam o peixe de acordo com o tamanho da sua abertura. De acordo com os pescadores podem ter aberturas medindo 40 (mm); 50 (mm); 60 (mm); 70 (mm) e 80 (mm) de espessura cujo desenho deve formar um losango.

A diferença entre a rede de espera e da malhadeira está no tamanho; a rede de espera é maior que a malhadeira. Geralmente a primeira é destinada à pesca de peixes de maior porte, durante o período de safra.

Alguns desses apetrechos são confeccionados pelos próprios pescadores, saber confeccionar (talhar) um malhador, por exemplo, é motivo de orgulho entre os pescadores. A figura 02, mostra o desenho dos apetrechos mencionados.



Figura 02: Apetrechos confeccionados e utilizados pelos pescadores.



Fonte: autor/2016.

A territorialidade estabelecida pelas redes varia conforme o trecho do rio ou igarapé e o tamanho da rede colocada. Vários pescadores possuem redes de náilon conforme apontou a pesquisa. Redes grandes e de qualidade, isto é, que não estejam “espichadas”, ou seja, quando o desenho de abertura não forma um losango, são decisivas, no que se refere a uma boa pescaria.

Os pesqueiros

A questão dos pesqueiros no rio Uraricoera é relevante. Os pesqueiros são localidades definidas por cada pescador, onde duas vezes ao dia, cada “dono” o mantém, “alimentando-o” com milho cozido. Dessa forma, o pescador desenvolve um tipo de “cuidado” com aquela localidade e entende que assim acaba “acostumando” os peixes a estarem no local a procura de alimentos. São eles os maiores representantes das territorialidades no rio, e conforme observado não gera conflitos entre os pescadores da localidade, escutamos, entretanto, relatos de conflitos com pescadores de outras localidades “os de fora”. Um dos pescadores contou que houve casos em que pessoas da cidade ao pescarem a primeira vez no local, retornam em outra oportunidade e já se dirigiram direto para o pesqueiro que



outrora tinha alugado, mas dessa vez sem contrato algum. Conforme o relato do pescador entrevistado esse tipo de problema é recorrente, mas é resolvido com caragem e na conversa sem maiores embaraços.

No que se refere ao relacionamento entre pescadores da localidade, a situação é bem diferente, existe respeito por parte dos pescadores e cada pescador cuida do seu pesqueiro e não mexe com o pesqueiro de ninguém.

Diante disso, é possível observar que os pescadores da localidade reconhecem mutuamente a territorialidade uns dos outros e que o problema de invasão de territórios acontece apenas com “os de fora”, ou seja, os visitantes (turistas).

Durante a entrevista, um dos pescadores foi indagado sobre a existência de lugares específicos no rio para a pesca e sobre o direito sobre determinado lugar. Ao que responde que existe a Pedra Grande, local que segundo ele é o que garante o sustento da família dele e de outros pescadores.

A Pedra Grande, localiza-se próximo a ilha de Maracá. É um local, que apresenta a maior quantidade de peixes, pois é uma área preservada, onde não há barulho de motores de barco com muita frequência e também não há presença de muitas pessoas. De forma geral, grande parte do sustento dos pescadores das ilhas é retirado deste lugar. Os pescadores profissionais realizam viagens até a Pedra Grande com duração de aproximadamente uma semana com intuito de realizarem fartas pescas para posterior venda. existem também outras localidades para a pesca no trecho escolhida para a realização da pesquisa, a maioria deles ficam distantes das ilhas ocupadas. E por fim existem como já mencionado, os pesqueiros, que são os territórios próprios dos pescadores.

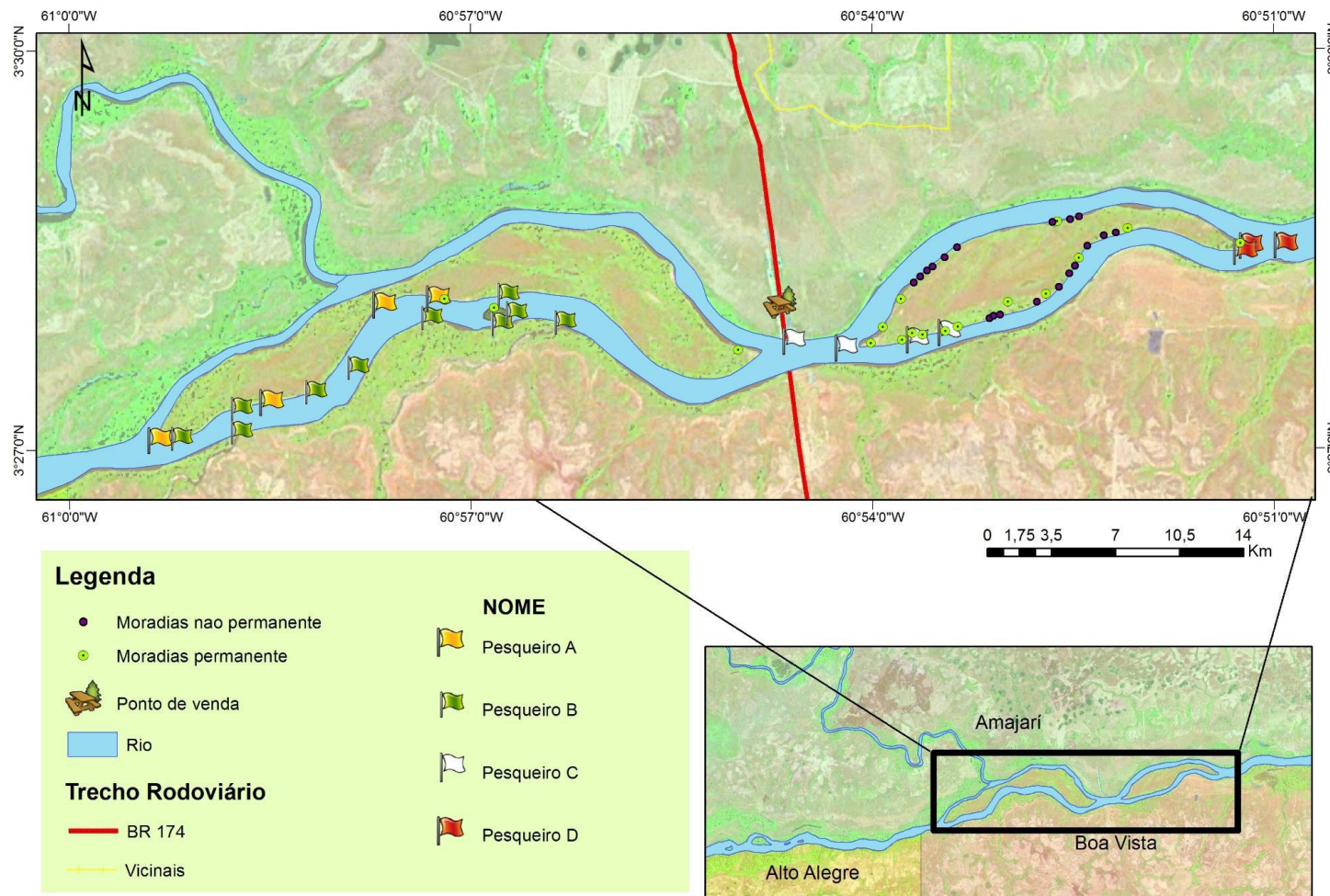
Os pescadores que detém esses territórios (pesqueiros) desenvolvem com este espaço uma relação de domínio, expressa pela noção de “dono legitimando a possibilidade de exclusão de outros usuários¹³.

Os pesqueiros podem ser mais produtivos que outros dependendo a distribuição dos recursos e questões naturais (Mapa 01).

¹³ Para maior aprofundamento sobre a questão de territorialidades articuladas à regras de uso e apropriação e lógicas de direitos locais, Cf. Araújo, 2014.



MAPA 01: Localização de pesqueiros no rio Uraricoera.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado pelo autor/2015.



Os pesqueiros demonstrados no mapa 01 seguem um conjunto de regras criadas por cada pescador que estabelece uma noção de domínio. Nesta está implícita a questão de poder, expressa pelo direito de excluir outros do uso.

É possível observar que os pesqueiros estão próximos às residências de cada pescador, facilitando a “alimentação” dos peixes e o controle de uso dos pontos. Estão concentrados entre as três ilhas Amajari, Louro e Piranha.

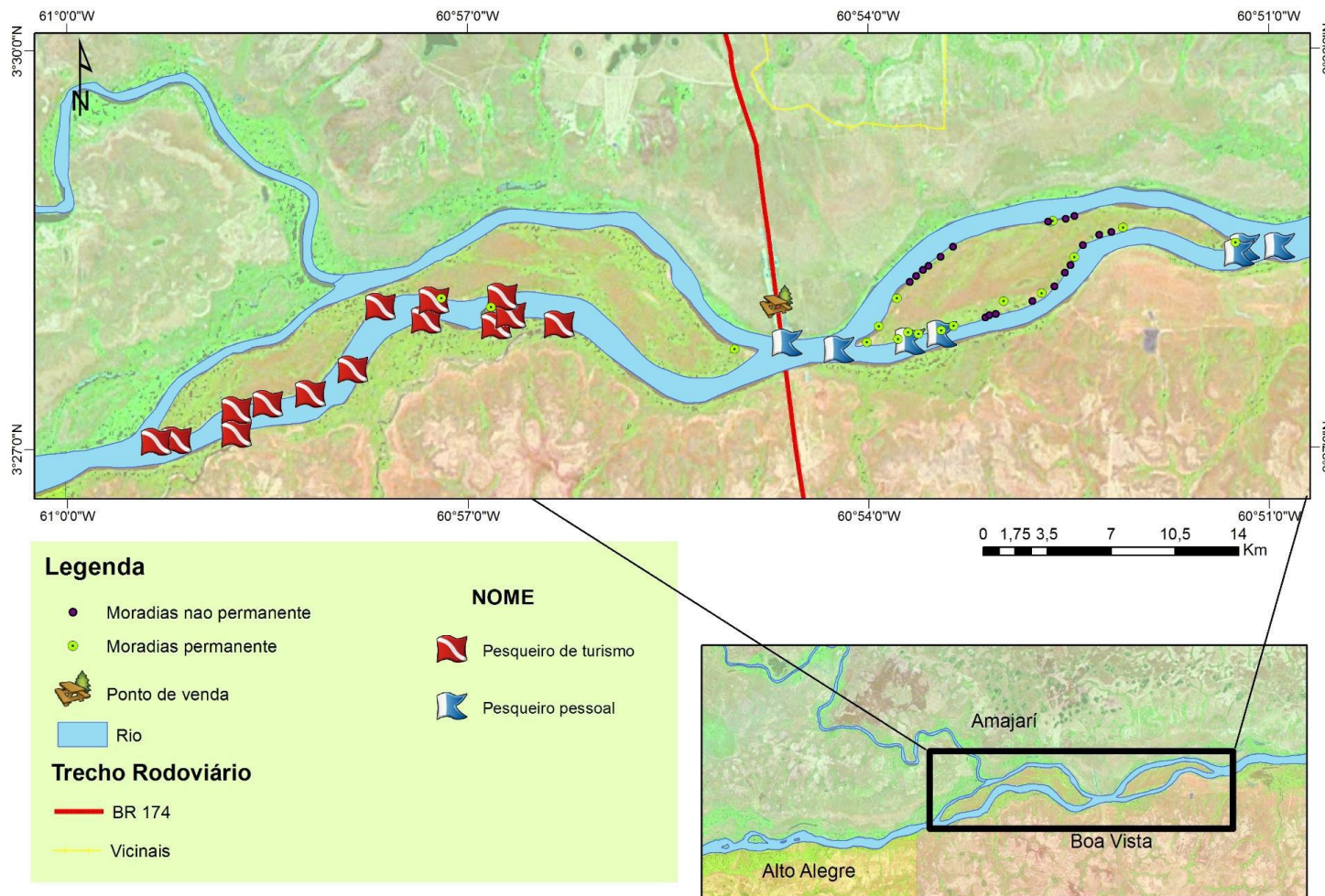
A quantidade de pesqueiros não é muito expressiva em razão da manutenção, ou seja, não é muito fácil manter um pesqueiro, devido à disponibilidade de recursos e logística.

Somente alguns dos pesqueiros representados no mapa são utilizados para o turismo, no período seco, alguns donos de pesqueiros alugam esses locais para turistas. No preço cobrado está incluso o uso de um barco com gasolina e a indicação do local da pesca. Os turistas usam o barco para chegar ao pesqueiro e nele permanecem, pescando. Este é um empreendimento que sustenta algumas famílias que moram nas ilhas. É importante também deixar claro que os pesqueiros só têm existência no verão, mas todo ano estão localizados praticamente no mesmo lugar.

O mapa 02 mostra os pesqueiros utilizados como empreendimento para o turismo e os que são utilizados apenas para a pesca pessoal do pescador.



MAPA 02: Localização de pesqueiros de turismo e pessoal no rio Uraricoera.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado pelo autor/2015.



A pesquisa no campo mostrou que o empreendimento com os pescadores de turismo ainda é incipiente. A comunidade argumenta que o potencial turístico na localidade é muito grande e precisa ser aprimorado, merecendo investimentos para a produção turística, não apenas em pescadores, mas em todas as áreas que envolvem o lazer.

É interessante ressaltar que nesse tipo de pescaria os moradores das ilhas se utilizam desses pescadores para a prática da pesca comercial e do turismo igualmente, porém para o turismo isso ganha mais relevância, pois as pessoas saem do cotidiano urbano em busca de lazer (Figura 03).

A atividade pesqueira é vista atualmente como grande potencial deste ambiente e enfrenta desafios, mas seria uma grande oportunidade para revelar o setor turístico local. Pensar nas implicações do turismo para a população local, sob o viés do turismo comunitário, é certamente um tema de pesquisa muito interessante, caminho que pode ser trilhado em outro momento.

Figura 03: Turistas no porto em busca de lazer nas ilhas.



Fonte: Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.



Os pesqueiros, portanto, são territórios de onde os pescadores retiram o recurso (peixe) tanto para a alimentação como para o seu sustento baseado na venda de seus

produtos. Segundo informações, pode ser retirado de um pesqueiro produtivo cerca de 15 a 20 quilos diários de pescados.

A figura 03 mostra turistas realizando pesca com a técnica mão de linha em alguns dos pesqueiros próximo a ilha Amajari e Piranha.

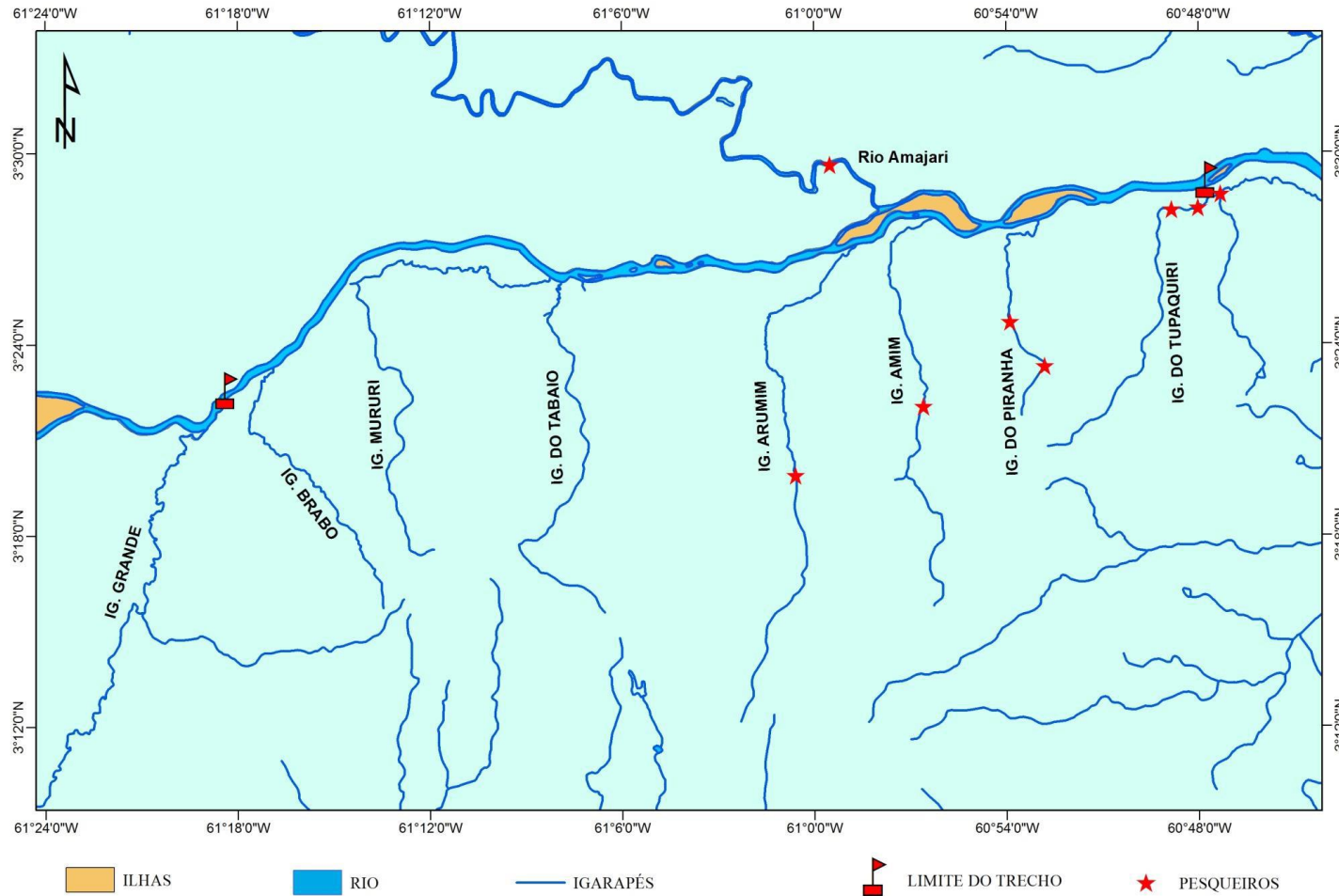
A pesca realizada em igarapés, furos¹⁴ e em um dos afluentes do rio Uraricoera, o rio Amajari é praticada o ano todo. Nestes lugares os pescadores realizam pescas com o espinhel e malhadores pequenos e médios. Existe também pesqueiros em lugares estratégicos nesses igarapés, a denominação destes foi realizada com a ajuda dos pescadores, que mostraram um conhecimento local aprimorado.

O mapa 03 mostra os igarapés utilizados pelos pescadores das ilhas com seus respectivos nomes e também alguns pesqueiros.

¹⁴ Furo é o nome dado a um espaço navegável que corre entre a vegetação e serve de comunicação entre dois rios ou igarapés, encurtando o tempo de navegação.



MAPA 03: Denominação de alguns igarapés de pesca e pesqueiros.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado pelo autor / 2015.



É importante citar que a base cartográfica a qual usamos para elaboração deste mapa não mostra os cursos d'água no lado esquerdo do rio, fato que foi contestado pelos pescadores. Um deles tentou desenhar esses cursos d'água indicando pontos naturais de localização. No mapa aparecem apenas 8 igarapés, sendo que 3 deles estão localizados no lado esquerdo do rio e não aparecem na base cartográfica. São eles: igarapé Aricamã, Araia e Jaraqui, totalizando 11 igarapés utilizados pelos pescadores das ilhas.

Os peixes capturados nestes cursos d'água são na maioria das vezes espécies pequenas que não atingem pesos que ultrapassem 2 Kg. Este tipo de pesca é realizada com a utilização de apetrechos com pouca capacidade de captura como por exemplo, a linha de mão e redes pequenas e médias.

Silva (2006), em uma análise da ideia de Begossi (2006), propõe o entendimento de que áreas de pesca são os espaços aquáticos usados na pesca por diversos indivíduos ou por uma comunidade, já pontos de pesca são os locais específicos, onde é realizada a pescaria e pesqueiros, são os pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflitos, sendo então territórios ocupados por determinados pescadores que reconhecem naquele espaço delimitado uma apropriação.

Begossi (2006) verifica a importância da territorialidade em seu trabalho, enfatizando que estudos sobre a atividade pesqueira raramente levam em consideração as regras e/ou normas estabelecidas pelos pescadores no que se refere à organização do espaço.

Os elementos aqui representados devem ser considerados importantes, pois a análise da pesca no rio Uraricoera demonstra que os recursos pesqueiros estão territorialmente localizados, conforme visto nos mapas 1, 2 e 3. Assim, valorizando a percepção que os pescadores têm de seus territórios, onde puderam cartografar seus pesqueiros e indicar suas territorialidades, podemos afirmar que as territorialidades da pesca existentes no rio Uraricoera são expressões do modo de produzir e viver de cada pescador, revelando assim, que o território modificado por grupos culturais diferenciados gera territorialidades diferenciadas.

Assim, à guisa de conclusão frisamos que o território é uma parcela do espaço utilizado pela comunidade. Essa comunidade cria dessa forma identidades culturais, que podem adquirir dinâmicas econômicas próprias, onde surgem



relações de poder e conflitos que visam construir formas de dominação e controle deste espaço, como foi possível

observar através da dinâmica de usos dos recursos naturais, fluxos de bens comercializáveis no rio, nos pontos de pesca e nos usos específicos das ilhas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa possibilitou a apreensão de diversas informações até então inexistentes a respeito do território no rio Uraricoera. Fato que torna a torna um estudo pioneiro, que poderá ser visto como subsídio para a fomentação de novas pesquisas na localidade aprofundando questões levantadas e/ou complementando informações territoriais.

Nessa pesquisa o conceito de território foi utilizado em uma perspectiva de multiplicidade (física, econômica, cultural, política e social), assim os agentes entram na disputa na apropriação do direito de uso e na forma de conceber o território em que vivem e é nesse processo de produção do espaço enquanto ação humana que se dá a materialização das relações sociais e espaciais que por sua vez configuram práticas espaciais distintas relacionadas às territorialidades de diferentes sujeitos conforme observado nas ilhas do rio Uraricoera. Nas ilhas, o trabalho do indivíduo, no caso os agricultores e pescadores da localidade media a relação sociedade e natureza que é uma relação material, no entanto, sem deixar de envolver logicamente a esfera simbólico-cultural, onde o indivíduo desenvolve laços de afetividade com o território trabalhado por ele.

No que se refere ao território pesqueiro no rio Uraricoera, entendemos que a territorialidade da pesca é criada pelos pescadores e são exemplos da reprodução do seu modo de vida em território específico que demandam poder. Assim, os pesqueiros, e áreas de pesca, obedecem a um conjunto de regras que são criadas pelos próprios pescadores, que estabelecem a noção de poder individual ou coletivo, e se expressam em especializações próprias, que possuem características naturais com disponibilidade de recursos, e são regidos por hábitos e costumes dos pescadores.

Esses territórios cartografados consideram a percepção dos pescadores podendo inibir conflitos futuros, de maneira que os órgãos públicos também



reconheçam esse mapeamento e que sejam criadas políticas que beneficiem os pescadores da localidade, pois segundo Andrade (2008) o mapa participativo é um instrumento para a compreensão sobre como as comunidades utilizam o espaço e a partir daí se cria a possibilidade de orientar novas tomadas de decisão sobre o território representado.

6. REFERENCIAS BIBIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri E COLI, Luis Regis. **Territórios e disputas cartográficas**. IN Disputas cartográficas e sociais (org.) Henri Acselrad. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ, 2008, 168p.

ANDRADE, Ericka Delanio Veríssimo de. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo**. Dissertação (mestrado). UFPE, 2008. 180f.

ARENDET, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BEGOSSI. Temporal Stability in Fishing Spots: **Conservation and Co-Management in Brazilian Artisanal Coastal Fisheries**. *Ecology and Society*, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. **Site do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte – CEPNOR**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cepnor/>. Acessado em: 24/10/2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional - **Faixa de Fronteira Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira** – PDF. Brasília, 2009, 64p. Brasília: UnB, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p.6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p. 395.

LEFEBVRE, Henri. 1986 (1974). **La Production de l’Espace**. Paris : Anthropos. LITTLE. Paul. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma Antropologia da Territorial. Serie Antropológica 322. Brasília 2002.



MORAES, Antonio Carlos. R. **Ratzel**. Tradução: Fátima Murad e Diniz Bottman (Org)_____. São Paulo. Editora Atica, 1990. p. 97.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria cecilia França, ed. Ática S.A, São Paulo. 1993.

SACK, Robert. **Territorialidade Humana: sua teoria e historia**. Cambridge: Cambridge University. Press1986 p. Tradução por Holli Davis. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/122069571/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-suateoria-e-historia#scribd>>.

SILVA, Christian Nunes da. **Territorialidades e Modo de Vida de Pescadores do Rio Itaquara, Breves – PA**. Dissertação (mestrado) Belém, PA 2006. 200f.

SOUZA, Angela Fagna Gomes. **O tempo das águas: ciclos de vida entre as águas do rio São Francisco, a Ilha das pimentas Pirapora/MG**. Dissertação (mestrado) Universidade de Urbelandia – PPG-GEO. 2011, 182f.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro, Bertrande Brasil, 2013, p. 320.

SOUZA, Marcelo Lopez de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo César C; CORRÊA, Roberto L. (Org.) In: Geografia: Conceitos e Temas. Bertrand Brasil: 11ª Ed.,1995. p.78-113.